
O “lugar difícil” da pornografia-erotismo nos estudos de imprensa: o caso Grafipar e a ditadura militar de 1964¹

José Carlos FERNANDES²
André Luiz Justus CZOVNY³
Mariana Scavassin Vaz MATTOS⁴
Universidade Federal do Paraná

RESUMO

Tema de abordagem sensível, em diversos campos de estudo, a pornografia e/ou erotismo também encontra pouca ambiência nas pesquisas de história e sociologia da imprensa. O dualismo entre libertinagem e libertação exige destreza na produção de discursos, quanto mais em se tratando da ditadura civil-militar instalada no Brasil em 1964. Num movimento pendular, as produções de revistas e jornais eróticos e comportamentais, naquele momento, ora serviam a interesses ora contradiziam o poder. Nesse cenário, destaca-se o fenômeno editorial periférico chamado Grafipar Edições. Marginal inclusive em acervos, a publicadora curitibana é uma fonte de apelo aos estudos avançados. Revistas como *Rose*, *Ponto de Encontro* e *Maria Erótica* criam mal-estar nos expressivos cenários identitários, mas permanecem à espera de releituras.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar; pornografia; repressão; imprensa erótica; Grafipar

INTRODUÇÃO

As fronteiras semânticas entre as palavras “erotismo” e “pornografia” figuram entre as explicações para entender o que aqui vamos denominar de “lugar difícil” do chamado “desbunde” (GABEIRA, 1981), capítulo pouco vicejado dentre as reações à ditadura civil-militar instalada no Brasil em 1964. De amplo espectro, esse fenômeno interessa aqui numa de suas expressões mais curiosas – o desempenho de mercado da Grafipar Edições, casa publicadora situada em Curitiba, Paraná, e que a partir dos anos 1970, à revelia da censura, rompe suas fronteiras e viu seus produtos “proibidos para menores de 18 anos” chegarem a todo país.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Comunicação, Alteridade e Diversidade, do 46.º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Doutor e mestre em Estudos Literários, professor do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), email: zeca@ufpr.br

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), email: andrejustusc@gmail.com

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), email: marimattos2012@gmail.com

Exemplo dos paradoxos que rondam o “uso” e a “repressão” da pornografia, de forma concomitante, a própria Grafipar viveu suas contradições internas. Ao mesmo tempo que colaborava com o uso alienante das fotonovelas e quadrinhos eróticos – entre outros –, desenvolvia, nas entrelinhas das publicações, discursos políticos libertários, sustentados por intelectuais da sociologia, do jornalismo e da literatura (LEMINSKI, RUIZ, 2015; FERNANDES, 2017), ocupados em “despistar” os censores e afirmar a dimensão política da sexualidade.

Com base em pesquisas anteriores que investigam o lugar da Grafipar no cenário de recusa à ordem moral e política imposta pela ditadura (GONÇALO JR, 2010; DANTON, 2012; SANTOS, 2020; PORTELA, 2021), este artigo tem por objetivo mapear as estratégias editoriais da publicadora, especificamente nas revistas *Rose* – que em 1978, paralelo ao jornal *O Lampião*, se tornou a primeira magazine brasileira voltada para o público gay –; e *Ponto de Encontro*, espécie de subproduto da *Rose*, na qual eram publicados extratos das aproximadas 1,5 mil cartas de leitores mensais recebidas pela editora (ALMERINDO JR, 2013). Na dinâmica desses dois títulos, pinçados dentre os 65 publicados pela Grafipar até o final dos anos 1980, busca-se entender como um determinado veículo da imprensa equacionou, no seio da ditadura, os impasses entre erotismo e pornografia, política e sexualidade, discurso libertário e reacionarismo. Sustentam essa análise elementos da análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

Além dos acima citados, dão base a este artigo os pesquisadores ocupados de mapear a perseguição, lutas e conquistas da população LGBTQIA+ no Brasil (GREEN, 2018; QUINALHA, 2021; GREEN e QUINALHA *et. al*, 2014 e 2018). Agregam-se a esses estudos investigações sobre o mercado editorial brasileiro e sexualidade (EL FAR, 2004); e imprensa e homossexualidade (RODRIGUES, 2018). As perspectivas sobre erotismo e pornografia são fundamentas em Darnton (1996) e Fernanda Pessoa (2018), assim como em Abreu (2012).

CONTEXTOS

O período da história brasileira conhecido como a ditadura-civil militar de 1964 nasceu – dentre outras variantes – sob a égide do conservadorismo moral e religioso.

Debaixo dos temores de que o país estava a caminho de se tornar uma “nova Cuba”, parcela expressiva da população passa a reforçar a associação entre “comunismo” e devassidão dos costumes, ateísmo e diluição institucional da família. Foi, à época, ingrediente o bastante para estimular os clamores por censura aos meios de comunicação e produções artísticas no geral, vistos como vetores de práticas sexuais não controladas e heterodoxas, cujo desfecho seria o fim de células tradicionais de associação afetiva (QUINALHA, 2021; RIBEIRO, 2016).

Pode-se destacar dois movimentos desencadeados em torno do conservadorismo do pós-1964: o período assistiu ao desenvolvimento de uma reação e de uma contradição. Ambas, em mais de um momento, confluem, de forma típica na vida brasileira (COLOMBO, 2021). Por “reação” entenda-se que no interior das “esquerdas” – debaixo da vigilância e da perseguição do estado e do controle dos corpos (CORBIN et. al, 2012) promovido pelo regime militar – e também nas entranhas morais dos partidos políticos radicais –, desenvolveu-se o que se convencionou chamar de “desbunde”. Mulheres e homens contrários à intervenção das Forças Armadas, às ingerências da Igreja e à estagnação do Partido Comunista em relação aos costumes passaram a reivindicar a liberdade sexual como parte do processo de liberdade política (GREEN, 2000; GREEN, QUINALHA et. Al, 2014, 2018).

Quanto à “contradição”, o mesmo regime autoritário que se beneficiou do imaginário assombroso em torno do “comunismo”, usou da sexualidade para reafirmar códigos de poder – a masculinidade, de forma particular (GANDINO, 1986; NOLASCO, 1995). Em meio a essa manobra repressiva, o mesmo Estado que vigiava, censurava e punia o erotismo era o que propagava o sexo livre, não como expressão libertária, mas como bônus do poder (CARMO, 2011). Registre-se que nos bastidores da ditadura militar – em meio à necessidade legal de autorização para a divulgação de qualquer item cultural – se desenvolveu o gênero pornochanchada, a literatura erótica de autoras como Cassandra Rios e Adelaide Carraro, os “catecismos” de Carlos Zéfiro e redes de motéis, arquitetadas para abrigar o adultério, um dos capitais masculinos (GONÇALO JR, 2018; GUEDES, MELO, 2021; TREVISAN, 2007).

À sombra desse movimento pendular entre sexualidade e moralidade, direita e esquerda, deu-se outro fenômeno interessante. Os círculos intelectuais que fizeram a

sociologia cultural, econômica e política do Brasil pós-64, pode-se dizer, se beneficiaram das empreitadas tramadas pela turma do “desbunde” – abrigadas no cercado das também chamadas “esquerdas festivas” ou “esquerda caviar”. Poucos intelectuais, contudo, reconheceram o papel deste grupo nos processos de reação à ditadura. Parte da recusa em ver as reivindicações pela liberdade sexual como um dos ingredientes da luta democrática (CHAUÍ, 1984). Pesou, igualmente, o conservadorismo da esquerda em recusar ser confundida com devassidão, o que poderia se tornar um ruído em meio às lutas pela abertura política. Vigorou, nesse contexto, o flagrante verniz modernizante usado pela direita, que promoveu a popularidade das pornochanchadas – algo como um analgésico para os órfãos das promessas do milagre brasileiro. O fenômeno do lugar da pornochanchada é estudado, dentre outros, pela cineasta Fernanda Pessoa (ARAÚJO, 2018).

Em tempos mais recentes, com o amadurecimento das lutas identitárias (ROUDINESCO, 2022), o espelho retrovisor do passado vai identificar mais e mais a reação erótica à ditadura como patriarcalismo, objetificação da mulher, alienação, inaugurando um segundo processo de sepultamento do debate sobre o caráter libertário de determinados discursos ditos pornográficos. Some-se a esse imbróglio os eternos impasses semânticos e filosóficos em torno das palavras “erotismo” e “pornografia” (ABREU, 2012). Mesmo sem gozar da simpatia dos intelectuais, as sutilezas do discurso erótico-libertário, escamoteado pelos regimes autoritários, avança e faz eco, provocando, inclusive, uma onda de resgate e revisionismo histórico. Os estudos em torno da Grafipar Edições – que se desenvolveu a partir de Curitiba, Paraná, entre os anos 1960 e 1980 – não só se avolumam como exemplificam como se dava a convivência entre “reação” e “contradição” no terreno da pornografia e do erotismo, em plena ditadura militar (DANTON, 2012; GONÇALO JR, 2010).

Empresa capitalista, a Grafipar salta, no final dos anos 1960, da produção de enciclopédias para a edição, em escala industrial, de quadrinhos eróticos. Em pouco mais de uma década, foram mais de 60 títulos diferentes, picos de 1,5 milhão de exemplares distribuídos pelo país, e o marco de 1,5 mil cartas mensais de leitores (FERNANDES, 2017, 2021). Os proprietários – de uma família muçulmana, El Khatib – ampliaram o cardápio editorial, das HQs para fotonovelas e revistas de variedades, ilustradas por fotos de nu masculino e feminino. Segundo o editor, Faruk El Khatib, na

parte das revistas destinadas a “conselhos” sexuais, a intenção editorial era de caráter científico. O time de jornalistas da Grafipar, no entanto, era formado por profissionais de imprensa mal vistos ou mesmo cadastrados pela censura e pela turma do desbunde – aquela que, à moda dos libertinos do século XVIII (DARNTON, 1996) – acreditava na razão dos sentidos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa teve início em 2017, em caráter exploratório, por parte de um dos autores, com buscas de exemplares das revistas da Grafipar em bibliotecas públicas e acervos particulares. Seguiu-se, no mesmo ano, uma entrevista em profundidade com dois dos remanescentes da editora – o editor Faruk El Kathib e o jornalista Nelson Padrella –, paralelo à busca de fontes bibliográficas, limitadas ao trabalho de Gonçalo Júnior (2010) e Gian Danton (2012). Esses e outros materiais deram origem a duas publicações acadêmicas – a primeira sobre o caráter libertário e reativo da editora, por meio do erotismo (FERNANDES, 2021), e o segundo, uma análise das práticas missivistas dos leitores dos títulos da editora (FERNANDES, PORTELA; CZOVNY, 2022). O estudo segue com a triangulação de mapeamentos, entrevistas, análises preliminares do acervo, retirando dali cruzamentos teóricos e categorias que deem conta do lugar dessas publicações no quadro da imprensa brasileira em tempos de censura. Este artigo é, desse modo, parte de um trabalho em progresso, com potencial para formar uma súmula das características editoriais da Grafipar.

O FENÔMENO GRAFIPAR E SEU LUGAR NA IMPRENSA - A *PETECA*, A *ROSE* E A *PONTO DE ENCONTRO*

A história da Grafipar tem início no ano de 1971, na capital paranaense. O empresário Said Mohamed El-Khatib e sua família entraram no mercado editorial publicando, em sua maioria, livros de história e um minidicionário da língua portuguesa (PORTELA, 2021). Com a experiência no ramo livreiro, os El-Khatib perceberam que havia uma escassez de publicações que integravam o mercado erótico naquele momento e, de modo a escalar os negócios da empresa, resolveram explorar os temas que permeavam o mundo do erotismo (GONÇALO JUNIOR, 2010).

A primeira publicação com a temática lançada pela Grafipar foi a revista *Peteca*, de cunho erótico-educativo, conforme descrito por Faruk El-Khatib - filho de Said que assumiu grande parte dos projetos editoriais da empresa -, trazendo as mais diversas informações sobre sexo. A *Peteca* logo cresceu e tornou-se um dos maiores sucessos da história da Grafipar, sendo impressa quinzenalmente e, segundo Faruk, chegando a média de 80 mil exemplares por mês (KHATIB, PORTELA, 2021).

Outra publicação pioneira da editora foi a revista *Rose*, com enfoque em nu masculino e inicialmente pensada para o público feminino. O panorama da revista era elaborado com um olhar feminista, sendo “a revista que tira a roupa dos homens e informa as mulheres”. Apesar da proposta inicial de público, a *Rose* acabou sendo adotada pelo público gay, tornando-se a primeira revista gay de circulação nacional, em meados da década de 80 (AMARAL, 2015).

A veiculação nacional em larga escala dos produtos da Grafipar trouxe como consequência uma grande reação do público consumidor das revistas, chegando a um pico de 1,5 mil cartas de leitores recebidas na redação por mês. A revista *Ponto de encontro* absorvia parte dessas correspondências (FERNANDES, AMARAL, 2021). Assinada pelo jornalista Nelson Faria, a revista reunia uma rede de psicólogos, médicos e sociólogos que aconselhavam os leitores acerca de temas tabu como sexualidade, doenças, discriminação e rejeição frente à família e sociedade. A *Ponto de encontro* tornava-se, então, tanto um veículo que assistia os leitores em relação às suas angústias por meio da informação quanto uma rede onde homens e mulheres podiam aproximar-se de parceiros (FERNANDES, AMARAL, 2021).

O "DESBUNDE" - SEUS SENTIDOS E POSSIBILIDADES

O período histórico compreendido entre as décadas de 1970 e 1980 é marcado pelo regime da ditadura, com destaque a promulgação do Ato Institucional nº 5, que fortaleceu de forma covarde as perseguições, assassinatos e torturas praticadas pelos órgãos de repressão política a comando dos generais. Paralelamente, é um período de grande desenvolvimento artísticos no Brasil, "tempos estes que ainda experimentam o frescor das contestações feministas e que testemunham a emergência de um movimento homossexual no país" (LOPES, 2011).

Naquele momento, a juventude, que vivia um momento decisivo de posicionamento, tinha três opções possíveis: a luta armada, o desbunde da contracultura ou a conformidade com o sistema (BARROS, 2004). Para a esquerda brasileira, a ideia de contracultura era algo exótico e um "enlatado americano", sendo considerado "uma moda burguesa e um perigo para a sociedade, devido as suas ideias desagregadoras da família e do sistema" (BARROS, 2004).

Diante do clima político avesso à democracia, surge a necessidade de uma modernização entre os jovens, ponto que surge uma das palavras de ordem para as práticas da contracultura no Brasil, o desbunde. O termo, na época, se relacionava com os jovens, que viviam comunidades alternativas e faziam uso de alucinógenos, com os militantes de esquerda que abandonavam a luta contra o regime militar (GREEN, 2012; DUN, 2014). Tanto que, Diniz (2014) explica que a gíria desbunde vem do léxico do candomblé, significando algo como "fazer a cabeça", que também era uma expressão utilizada para se referir aos efeitos da maconha. "Des" (prefixo de negação) + "bunda" significava "tirar o cu da reta", abster-se e recuar. Uma direta conotação depreciativa que significava "falta de coragem" e as razões julgadas como egoístas e individuais (DINIZ, 2020).

Enquanto isso, para Trevisan (2007), desbundar significava abandonar "os compromissos com a direita e a esquerda militarizadas da época, para mergulhar numa liberação individual, baseada na solidariedade não-partidária e muitas vezes associada ao consumo de drogas ou à homossexualidade". Essa nova "consciência brasileira" foi alvo de suspeitas advindas tanto da direita que apoiava os militares quanto da esquerda tradicional (BARROS, 2004).

Dentre os expoentes artísticos do desbunde, destaca-se o cantor Ney Matogrosso, eternizado pela sua voz incomparável, com performances com o rosto maquiado, às vezes com longas saias, outras com um minúsculo tapa-sexo, sempre exibindo a nudez do seu peito. Junto ao grupo Secos & Molhados, celebrou a homossexualidade em várias canções, explicitamente ou nas "entrelinhas", como no refrão "Vira, vira, vira homem/ Vira, vira lobisomem", o que Trevisan (2007) destaca como sendo uma alusão aos "anônimos habitantes da grande cidade, que após a meia-noite deixavam seu cansativo papel de abóboras para se transformar em atrevidas cinderelas".

Ainda dentro deste movimento, no início da década de 1970 surge o grupo cênico Dzi Croquetes, com propostas de misturar os padrões de gêneros masculino e feminino em suas apresentações. O grupo inspirou-se no The Cockettes de São Francisco, Califórnia, cujo nome é uma "derivação da denominação do membro masculino, em inglês - algo como As Caralhetes, em português" (TREVISAN, 2007).

Em princípios da década de 1980, destaca-se o Capitão Gay, interpretado por Jô Soares no programa Viva o Gordo. Um personagem que trajava plumas cor-de-rosa, parodiando a roupa do Super-Homem, com sua varinha mágica que solucionava os problemas quando algum homem ou mulher estava em apuros (LOPES, 2011). Curiosamente, no mesmo período, a editora curitibana Grafipar lançou a revista Super-Gay, uma possível "inspiração" do personagem interpretado pelo humorista na época. Após reclamações do próprio apresentador, a novidade da editora não chegou a ter uma segunda edição.

Outro destaque é o jornal Lampião da Esquina, publicação que se tornou uma das mais paradigmáticas da imprensa LGBTQIA+ brasileira. “O jornal conseguiu transcender o regionalismo que predominava até então nas publicações homossexuais, alcançando uma nova escala. Com circulação nacional, milhares de exemplares eram vendidos em bancas de jornais ou enviados a assinantes mensalmente” (QUINALHA, 2022). Dentre suas preocupações iniciais, Quinalha (2022) destaca a construção e a afirmação de uma identidade homossexual mais estabilizada.

Ademais, o fenômeno do erotismo como forma de resistência frente à censura parte de vários desdobramentos da sociedade no período da ditadura militar no Brasil. A massificação e industrialização de produtos culturais a partir dos anos 50, assim como a crescente organização de grupos sociais marginalizados - como mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+ - fez com que a discussão de temas liberais e tabus alcançassem espaço em uma mídia alternativa também.

A Grafipar, ao longo do período ditatorial, passou por conflitos com o governo, tendo exemplares confiscados mesmo após a censura prévia e estando à mercê de normas para as publicações como “nunca mostrar dois seios ou as nádegas por inteiro; jamais sugerir sexo envolvendo clérigos e militares, entre outras recomendações” (FERNANDES, AMARAL, 2021). Ao mesmo tempo, esse foi o momento em que o número de revistas e exemplares impressos atingiu o pico para a editora.

Surgiu então um movimento em meio às publicações eróticas da empresa: o espaço para a discussão de temas não convencionais, que orbitavam a realidade de grupos que estavam, muitas vezes, à margem do sistema. Esse aspecto era visto, principalmente, em revistas como *Peteca*, *Nina* e *Rose* (FERNANDES, AMARAL, 2021).

Portanto, quando as três revistas passam a serem editadas entre as décadas de 1970 e 1980, destaca-se que havia um experiência contracultural brasileira que abarcava tanto a pornografia quanto o erotismo nesta imprensa, demonstrando que não eram temáticas desconhecidas naquele cenário.

CONSIDERAÇÕES

Pode-se afirmar que os estudos sobre a imprensa, erotismo e ditadura somam pouco menos de 15 anos, tempo ainda marcado pela descrição historiográfica e identificação dos objetos de pesquisa. O núcleo de estudos que se desenvolve desde o Paraná, com Santos (2020), Portela (2021) e Fernandes (2017) aos poucos se integra à rede de pesquisas que tem seu pioneirismo em Trevisan (2007) e Green (2000) e forma, aos poucos, uma rede com a pesquisa de Renan Quinalha (2021), cujas contribuições são aglutinadoras e concorrem para retirar do obscurantismo a percepção do erotismo como sistema de resposta (RICOUER, 2018) à repressão política e sexual.

São muitas as barreiras a transpor nesse campo de estudos - a maior delas, o baixo acesso aos acervos, ou a inexistência deles, o que demonstra, em si, um preconceito de raiz. Segue-se a estranheza que o tema causa nos próprios circuitos acadêmicos, mesmo que haja, já, um patrimônio crítico robusto em torno da imprensa erótica e comportamental. As revistas e jornais LGBTQIA+, dos mais diversos tempos, deve-se dizer, encontram seu nicho mais nas investigações que gravitam em torno da teoria *queer* do que na historiografia da imprensa. Essa, parece resistir em reconhecer, por exemplo, que um potentado como a Grafipar Edições, no seio de suas contradições patriarcais e machistas, esboçou políticas do corpo e desejos de liberdade de pensamento e de expressão, dando voz a figuras marginalizadas, quando não perseguidas, como gays (*gueis*, na grafia que usava) e lésbicas.

Trabalhar o Grafipar é lidar com essas disparidades constantes, que soam estranhas e incompreensíveis mesmo para os remanescentes dessa experiência, como o editor Faruk El-Kathib e o jornalista Nelson Padrella, para citar dois nomes cujos depoimentos estão no subtexto desta pesquisa. Não raro, os problemas levantados sobre esse nicho da produção editorial são entendidos como uma questão que só os pesquisadores veem - os homens e mulheres da imprensa, cerceados de postos de atuação, faziam apenas a tarefa para a qual estavam incumbidos, sem intencionalidades extraordinárias.

O tempo, contudo, tem se ocupado de desmentir essa simplificação em torno da imprensa erótica - tanto à direita quanto à esquerda. Os revisionismos históricos invocam a crença de que as minorias nunca se calam. E cabe aos contemporâneos encontrar essas reações apagadas, mesmo que tenham sido imperfeitas na sua origem. Quinalha (2021), Green (2000), Gonçalo Jr. (2010), entre outros, têm demonstrado a força semântica e simbólica dos que resistiram ao reivindicar o direito à sexualidade, posto que é essa força da natureza está entre as primeiras a ser reprimida nos regimes de exceção. Nesse quesito, sabe-se, não se está falando apenas de quatro-cinco décadas atrás.

REFERÊNCIAS

ABREU, N. **O olhar pornô: a representação do obsceno no cinema e no vídeo**. 2.^a ed. São Paulo: Alameda, 2012.

AMARAL, A. **A construção das identidades lésbicas na literatura e no jornalismo brasileiro: um mapeamento**. Curitiba: UFPR, 2015. Monografia disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/43415>>. Acesso em: 13/08/2023.

ARAÚJO, Inácio. Pornochanchadas são quase um grande inconsciente coletivo, diz diretora. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 14 ago. 2018. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/08/pornochanchadas-sao-quase-um-grande-inconsciente-coletivo-diz-diretora.shtml>. Consultada em: 8 julho 2023.

BARROS, Pa. M. **A contracultura tropical e a resistência à ditadura militar**. AKRÓPOLIS, Umuarama, v. 12, n. 1, p. 33-40, 2004.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. 6 ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1984.

DANTON, G. **Grafipar: a editora que saiu do eixo**. São Paulo: Kalaco, 2012.

DARNTON, R. **Sexo dá o que pensar**. In: NOVAES, Adauto (org.). **Libertinos e libertários**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DINIZ, S. C. **Desbundando em anos de chumbo**: Contracultura, produção artística e Os Novos Baianos. História, São Paulo, v. 39, p. 1-29, 2020.

DINIZ, S. C. **Desbundados e marginais**: a MPB “pós-tropicalista” no contexto dos anos de chumbo. BRASA: CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION, XII, 2014, Londres. Anais do XII Congresso Internacional da Brazilian studies association. Londres: King’s College, 2014.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação**: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FERNANDES, J. C. Desejos impressos. **Helena**. Curitiba, set. 2017, n.º 6. Biblioteca Pública do Paraná.

FERNANDES, J.C. Grafipar: uma reação erótica à ditadura militar. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 19, n. 42, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5212/RIF.v.19.i42.0009>. Acesso: 08 julho 2023.

FERNANDES, J. C. PORTELA, M. CZOVNY, A. J. Ponto de Encontro: análise de uma revista "trisexual". In: 20.º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor, 2022, João Pessoa, Paraíba. **Anais**. São Paulo, SBPJor, 2022.

GANDINO, A. **Macho, masculino, homem**: a sexualidade, o machismo e a crise de identidade do homem brasileiro. Porto Alegre: L&PM, 1986.

GONÇALO JR. **A guerra dos gibis 2**: Maria Erótica e o clamor do sexo: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar 1964-1985. São Paulo: Editoractiva, 2010.

GONÇALO JR. **O deus da sacanagem**: a vida e o tempo de Carlos Zéfiro. São Paulo: Noir, 2018.

GREEN, J. N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

GREEN, J. N. QUINALHA, R. (orgs). **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos (SP): Ed. UFSCar, 2014.

GREEN, J. N. QUINALHA, R. CAETANO, M. FERNANDES, M (orgs). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GUEDES, C. MELO, M. F. **Os motéis e o poder**: da perseguição pelos agentes de segurança ao patrocínio pela ditadura militar. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 2021.

LOPES, C. R. R. **Seja Gay...** Mas não se esqueça de ser discreto. Produção de masculinidades homossexuais na Revista Rose (Brasil, 1979-1983). (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

NOLASCO, S. **A desconstrução do masculino**: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: A desconstrução do masculino. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PORTELA, M. R. "**Ela também tem direito ao orgasmo**": uma análise discursiva da coluna Sexyterapia da revista Peteca (1976-1982). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR, 2021. Dissertação de mestrado. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/72767?show=full>

QUINALHA, R. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+**: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RIBEIRO, A. F. **Desnudando a ditadura militar**: As revistas erótico-pornográficas e a construção da(s) identidade(s) do homem moderno (1964-1985). Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2016.

RICOUER, P. **O discurso da ação**. Lisboa: Edições 70, 2018.

RODRIGUES, J. Imprensa gay no Brasil In: GREEN, J.N. QUINALHA, R. CAETANO, M. FERNANDES, M. (orgs). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

ROUDINESCO, E. **O eu soberano**: ensaio sobre as derivas identitárias. Rio da Janeiro: Zahar, 2022.

SANTOS, L. **As histórias em quadrinhos de Maria Erótica (1979-1981) de Claudio Seto**: visões carnavalescas durante a ditadura militar. Orientadora: Marilda Lopes Pinheiro Queluz. 352 páginas. Dissertação. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, 2020.

Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/5098/1/quadrinhosclaudiosetoditadura.pdf>

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 6.ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Record, 2007.